

PROJETO FILOSOFIA NAS COMUNIDADES EDIÇÃO 2014

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

- 1.1 *Nome do Projeto:* Projeto Filosofia nas Comunidades
- 1.2 *Tema do Projeto:* Reforma do Sistema Político
- 1.2.1 *Chamada para o tema do Projeto:* Reforma Política: a representação que temos e o país que queremos?
- 1.3 *Nome do/s Responsável/is:* Dndo. Iltonar Siviero e Grad. Igor Pereira dos Santos
- 1.4 *Contato do Responsável (ou do Grupo):* filosofiacomunidade@ifibe.edu.br; 3045 3277. R. 2
- 1.5 *Promoção:* Instituto Superior de Filosofia Berthier – IFIBE.
- 1.6 *Parceria:* Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Passo Fundo, Centro Acadêmico João Berthier (CAJOB), Observatório da Juventude da UPF.

2. OBJETIVOS

2.1. Geral

Sensibilizar a comunidade passofundense (e região) sobre a importância e participação no Plebiscito Popular em defesa da proposta de uma constituinte exclusiva e soberana do sistema político

2.2. Específicos

1. Conhecer o sistema político atual, demonstrando a sua fragilidade na representação e controle social;
2. Discutir sobre a forma de financiamento e valores gastos no período eleitoral;
3. Aprofundar a necessidade de compreensão do sistema político de forma democrática e com a participação direta do povo;
4. Oportunizar crescimento pessoal e temático dos discentes envolvidos, gerando maior amor à filosofia;
5. Possibilitar o conhecimento e divulgação institucional do IFIBE.

3. JUSTIFICATIVA

Em nível geral, o tema da política é tema recorrente na filosofia. Desde os primórdios esteve na ocupação dos filósofos, sobretudo dos gregos, a quem se atribui terem sido os pioneiros da introdução e da reflexão sobre a essência da política. O tema ganhou notoriedade aliado ao conceito da Ágora, grande praça grega, local dos debates entre as pessoas públicas. Na praça se decidia os caminhos pelos quais a cidade deveria ser organizada e vencia, sempre, o debate. Todos os participantes tinham o direito de fala em defesa de suas propostas e rumos indicados para a vida pública. De lá para cá muito se andou, muitos caminhos foram trilhados pela política, ora sendo conduzida para o bem público, ora para interesses e fins estratégicos e instrumentais. Depois dos acontecimentos políticos do século XX que colocaram a própria humanidade em risco e, sobretudo, depois da tomada de espaços pela globalização e pelo neoliberalismo como matrizes condutoras das máximas governamentais, arrisca-se o palpite em torno da crise e até do fim da política, justamente por ela estar sendo marcada por uma matriz econômica que atende aos interesses do Mercado, a mando do capital, esquecendo seu legado público e garantidor da participação e dos direitos humanos de todas as pessoas indistintamente. Essa situação vem se agravando e se infiltrando cada vez mais nas práticas de governo que, a mando do mercado, estão mudando os rumos e pactos, voltando-se mais a um projeto de poder e menos de perspectiva pública. Há quem diga que a crise institucional hoje é muito séria e que uma reforma poderia resolver inúmeros dos problemas que se evidenciam cada vez mais na vida das pessoas.

Em nível específico, a reforma política é um tema recorrente na vida política brasileira. Está presente na agenda dos congressistas há vários anos, mas sempre orientada pelos interesses eleitorais e partidários. É o chamado casuísmo eleitoral – geralmente, alterações de curto prazo e de curta duração. É por isto que a maioria dos políticos tem uma concepção de reforma política como apenas reforma do sistema eleitoral. Está presente também nas discussões acadêmicas e na mídia. Na academia, mais como um objeto a ser estudado/pesquisado; e na mídia, quase sempre, como a solução de todos os males do país ou de forma pejorativa. Para uma parte significativa desses atores, é um instrumento para melhorar a governabilidade do Estado (manter as elites no poder) ou aumentar sua eficiência (como atender melhor aos interesses das elites).

No âmbito da sociedade civil organizada, das organizações, movimentos, redes, fóruns e articulações que defendem o interesse público, aqui entendido como os interesses da maioria da população, e a radicalização da democracia, a reforma política está inserida em um contexto mais amplo, que necessariamente diz respeito a mudanças no próprio sistema político, na cultura política e no próprio Estado. Por isso, os princípios democráticos que devem nortear uma verdadeira reforma política são os da igualdade, da diversidade, da justiça, da liberdade, da participação, da transparência e controle social. Em resumo, entendemos como reforma política a reforma do próprio processo de decisão, portanto, a reforma do poder e da forma de exercê-lo.

Sendo assim, reforma política ganha olhares e enfoques diferentes de acordo com os interesses de quem a debate e do lugar que ocupa no cenário político e na vida pública. A construção de uma sociedade democrática exige, entretanto, uma reforma política ampla, que expanda a democracia nas suas distintas possibilidades: direta, representativa e participativa. Entendemos como essencial a questão da democratização da informação e da comunicação, assim como a transparência no Poder Judiciário. É com este escopo que, movimentos sociais, redes,

fóruns e ONGs, vêm construindo, desde 2005, uma proposta de Reforma Política. Esta proposta está agora, colocada, para ampla consulta e debate nacional nos espaços de participação das redes, fóruns, movimentos sociais, populares e sindical, com objetivo de convocar a população brasileira a opinar por intermédio do Plebiscito Popular.

Por fim, cabe destacar que o Projeto Filosofia nas Comunidades tem uma longa trajetória. Nasceu em 2005 através da iniciativa do IFIBE na perspectiva de discutir temas contextuais à luz da filosofia, tanto com grupos de lideranças comunitárias, bem como, com escolas e outros grupos, segmentos e categorias profissionais. Em formato de oficina com duração de em torno de 2hs, as discussões realizadas sempre tiveram uma ótima aceitação e avaliação da parte dos acadêmicos e dos participantes diretos das atividades. Desde a sua fundação até o presente momento foram realizadas quatro edições temáticas, sendo que para cada uma delas foi escolhido um tema e metodologia de trabalho e discussão. Na sua primeira edição, em 2005, teve como tema o Referendo sobre o Desarmamento. O Projeto consistiu na realização de debates de esclarecimento sobre o referendo. O objetivo principal era oferecer subsídios para que a comunidade pudesse conhecer as principais posições em torno do assunto e, de modo especial, sobre a importância de participar do referendo como forma de exercício da democracia direta prevista na Constituição Federal. O desenvolvimento do projeto consistiu na realização de um encontro com duração de uma hora, sendo que, na primeira parte era apresentado o referendo, sua importância e organização e as principais opiniões favoráveis ao Sim e ao Não na implantação do desarmamento e, na segunda parte, abria-se espaço aos presentes para discussão sobre o tema do desarmamento. Continuar, em 2014, com a temática sobre a Reforma do Sistema Político, em alusão às atividades de sensibilização para o Plebiscito Popular, é, em grande medida, retomar o motivo do seu surgimento e da contribuição da filosofia num tema da qual se ocupa desde os filósofos gregos, grande ícones para iluminar as reflexões na contemporaneidade.

4. ETAPAS DO PROJETO

Etapa Preparatória: consiste no processo de organização e formação

Etapa de Desenvolvimento: consiste na realização das oficinas com diferentes grupos

Etapa de Avaliação: consiste no processo de reflexão acerca dos passos dados no projeto

Etapa da Finalização do Projeto: consiste no processo de encerramento, certificação e arquivamento das atividades

4.1 DESCRIÇÃO DAS ETAPAS

a) ETAPA 1 ELABORAÇÃO METODOLÓGICA

Consiste na elaboração e definição de metodologia de abordagem do tema, prevendo conteúdos, dinâmicas e pessoas para cada momento do trabalho.

Ação 1.1. Estudo e elaboração de metodologia

Descrição da Ação: consiste no estudo de textos em vista da elaboração de metodologia apropriada ao tema e, sobretudo, adequada à perspectiva do tema proposto.

Atividade: estudos de textos, reuniões de trabalho para elaboração de proposta de metodologia.

Metodologia: construção coletiva da pesquisa e estudo dos subsídios referenciais para a atuação e elaboração conjunta dos conteúdos e metodologias a serem empregados nas oficinas.

Ação 1.2. Preparação dos Materiais de Apoio

Descrição da Ação: consiste na produção de materiais de apoio como textos, recursos áudio-visuais e definição das esquetes e histórias teatrais a serem desenvolvidas.

Atividade: reuniões de trabalho, programação, produção de material e ensaio de esquetes e histórias.

Metodologia: construção coletiva dos materiais e das propostas de trabalho com envolvimento dos participantes e testagem para que estejam disponíveis e adequados ao desenvolvimento das oficinas.

b) ETAPA 2 SELEÇÃO, CAPACITAÇÃO E GESTÃO DA EQUIPE

Consiste na seleção dos estagiários que atuarão e na sua capacitação para o desenvolvimento das atividades junto ao público a ser atingido.

Ação 2.1. Seleção dos Estagiários

Descrição da Ação: consiste na abertura de processo seletivo para escolha de alunos de graduação em filosofia do IFIBE que participarão do projeto.

Atividade: elaboração e publicação de edital de seleção; recebimento de inscrições; seleção dos inscritos e publicação; assinatura de termo de responsabilidade pelos selecionados.

Metodologia: atendimento aos requisitos formais e legais do processo de seleção e dos estagiários.

Ação 2.2. Capacitação da Equipe

Descrição da Ação: consiste no processo de capacitação dos estagiários selecionados.

Atividade: realização de sessões de estudo em grupo; realização de sessões de testagem e vivência da oficina com participação de todos os componentes do projeto.

Metodologia: o estudo de textos e material de apoio pela equipe participante com assessoria dos coordenadores e convidados, além de promover a integração da equipe que atuará no projeto, visa o conhecimento no tema para garantir uma abordagem problematizadora e contextualizada, soma-se a isso o desenvolvimento de sessões de testagem e vivência, de forma a “antecipar” metodologicamente as oficinas que serão realizadas com o público do projeto.

Ação 2.3. Gestão da Equipe

Descrição da Ação: consiste no processo de gestão da equipe, com realização dos encaminhamentos necessários ao bom desenvolvimento do projeto.

Atividades: gestão administrativa e financeira; coordenação do pessoal participante; acompanhamento de desempenho dos participantes.

Metodologia: utilização de recursos participativos de gestão estratégica de pessoal com envolvimento dos participantes e cumprimento das responsabilidades institucionais e pessoais.

c) ETAPA 3 REALIZAÇÃO DAS OFICINAS

Consiste no processo de desenvolvimento das oficinas com diversos públicos da cidade de Passo Fundo, inclui o agendamento, o apoio à mobilização e a realização efetivamente da oficina.

Ação 3.1. Agendamento das oficinas

Descrição da Ação: consiste na realização de contatos com diversos públicos a fim de agendar as oficinas.

Atividade: contatar pessoal e telefônico com lideranças e dirigentes de organizações e instituições nas quais está o público a ser atingido; definição de data e horário; mobilização da equipe para o desenvolvimento da atividade; contatos com os responsáveis pelo agendamento para verificar definição e mobilização do público participante (a mobilização direta do público participante será feita pelas lideranças e dirigentes de organizações e instituições que receberão as oficinas).

Metodologia: pessoa do projeto faz contato por intermédio de telefone, e-mail e visitas pessoais com lideranças e dirigentes de organizações e instituições para exposição da proposta e para acordos sobre data e horário, dinâmica e responsabilidade pela definição e mobilização do público participante.

Ação 3.2. Realização das oficinas

Descrição da Ação: consiste no desenvolvimento das oficinas agendadas junto ao público definido – prevê-se a realização de pelo menos 20 oficinas no período.

Atividade: realização de oficina.

Metodologia: seguirá a metodologia prevista para a atividade. As atividades serão registradas em foto e algumas delas em vídeo para prestação de contas e também para subsidiar monitoramento e avaliação no processo.

Ação 3.3. Monitoramento e Avaliação no processo

Descrição da Ação: consiste na realização de encontros, acompanhamento das atividades e conversa com membros e participantes das oficinas realizadas.

Atividade: realização de encontros quinzenais nos dois primeiros meses do desenvolvimento da oficinas e mensais nos subsequentes com todos os participantes do projeto.

Metodologia: nos encontros serão feitos relatos do realizado, das vivências no processo de realização das oficinas com a finalidade de identificar estrangulamentos e dificuldades e também as práticas positivas a fim de qualificar o processo de realização das oficinas e consolidar processos de aprendizagem da própria prática realizada.

d) ETAPA 4 AVALIAÇÃO GERAL, RELATÓRIO E PRESTAÇÃO DE CONTAS (Previsão: outubro 2012)

Consiste na finalização do projeto, realização de avaliação geral, elaboração de relatório de atividades e prestação de contas.

Ação 4.1. Avaliação Geral

Descrição da Ação: consiste na realização de metodologia adequada de avaliação geral do processo realizado no projeto.

Atividade: realização de levantamento com os participantes; realização de seminário de avaliação.

Metodologia: através de metodologia adequada que contemple o acumulado pessoal e coletivo, levantar os principais pontos de estrangulamento e as virtuosidades acumuladas no projeto e fazer análise sobre os impactos e perspectivas.

Ação 4.2. RELATÓRIO FINAL

Descrição da Ação: consiste na elaboração de relatório do conjunto das ações do projeto.

Atividade: elaboração de relatório final.

Metodologia: redação de relatório de atividades com registros das atividades realizadas.

5. PROGRAMA DE TRABALHO

Etapa Preparatória: mês de março a maio

Etapa de Desenvolvimento: mês de junho a setembro

Etapa de Avaliação: mês de outubro

Etapa de Finalização do Projeto: mês de outubro

6. PÚBLICO

O projeto pretende atingir professores, alunos de diversas escolas de Ensino Médio, turmas de graduação de cursos afins, lideranças eclesiais, sindicais e sociais de Passo Fundo e região.

7. METODOLOGIA

A oficina prevê a realização do trabalho num tempo estimado de 2 horas-aula, a partir dos passos descritos abaixo. É imprescindível a presença de pelo menos 3 facilitadores para dinamizar os trabalhos, tendo preferencialmente, em cada equipe, um violero. Sugere-se que seja cantado o canto oficial do Plebiscito e outros de animação.

1º PASSO

INTRODUÇÃO GERAL DOS TRABALHOS (1 pessoa)

A introdução geral consiste na apresentação dos proponentes e dos membros que realizarão a oficina e instituição a que pertencem. Contextualizar que as oficinas serão desenvolvidas em parceria entre IFIBE (através do Projeto Filosofia nas Comunidades), CAJOB, PJ, Observatório da Juventude da UPF, As oficinas estão dentro do programa de trabalho de sensibilização ao Plebiscito Popular que visa aprovar UMA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE EXCLUSIVA E SOBERANA DO SISTEMA POLÍTICO da cidade de Passo Fundo.

2º PASSO

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA (1 pessoa)

Monitor introduz a oficina a partir das seguintes considerações iniciais:

- Vivemos hoje numa sociedade cada vez mais descontente, desconfiada e desacreditada com os rumos da política. Seguidamente ouvimos frases, como: “Eu não quero saber de política”; “Os políticos são todos ladrões”; ou “Político e ladrão são farinha do mesmo saco. A única diferença é saber quem rouba menos”; “Não joguem os políticos no ventilador porque vai saltar ‘m’ para todo canto”; “Os políticos são todos vagabundos, não fazem nada e ganham bem”; “Os políticos só aparecem na época das eleições”; ou “No tempo das eleições os políticos gastam as mãos e depois nosso dinheiro”; “Políticos não fazem nada e ganham bem”.

Mas, POR QUE SERÁ QUE OUVIMOS ESTAS E TANTAS OUTRAS FRASES DESTE TIPO? ESSAS FRASES QUE AFIRMAMOS SÃO REAIS OU É PURA ILUSÃO? SERÁ ISTO POLÍTICA? SERÁ QUE AS PESSOAS QUE ELEGEMOS NOS REPRESENTAM E FAZEM JUS AO QUE SEJA DE FATO A POLÍTICA? QUE REPRESENTANTES TEMOS E QUE PÁIS QUE QUEREMOS? O que você pensa? Nós convidamos vocês a pensar e discutir sobre isso.

3º PASSO

APROFUNDANDO A REALIDADE (1 pessoa)

- Política se reduz a eleições e ao cumprimento de mandato dos governos por um período x. Assim PARTICIPAMOS DA POLÍTICA.

a) Participação de Momento e ainda dizemos: “vamos aproveitar agora porque depois serão 4 anos que ficaremos abandonados”

b) Delegamos nossa representação para alguém em quem “confiamos”, esperando que nos defenda e que lute por nossas causas. Em geral, isso não acontece ...

c) A representação passou a estar condicionada, casada com frentes temáticas corporativas e não mais com interesses coletivos, públicos. Hoje as representações se apresentam do seguinte modo:

d) Suspendemos nossa cidadania, pois não temos mais poder de voto diante das agendas públicas. As agendas públicas passam a ser agendas do governo (prefeito e vereadores, deputados, governadores ...)

e) Não temos muita força para intervir. Assistimos de longe os horrores, os roubos, os desvios e toda a “podridão que rola neste meio”

f) Ficamos confusos acerca do que é VERDADE e do que é MENTIRA. Seguidamente ouvimos a VERDADE e a MENTIRA sobre o mesmo fato. E aí nos perguntamos: Quem está falando a verdade? Quem está mentindo? Afinal o que é verdade? Mentira? Não sabemos mais se a Verdade é verdadeira, ou se a Mentira é que é verdadeira.

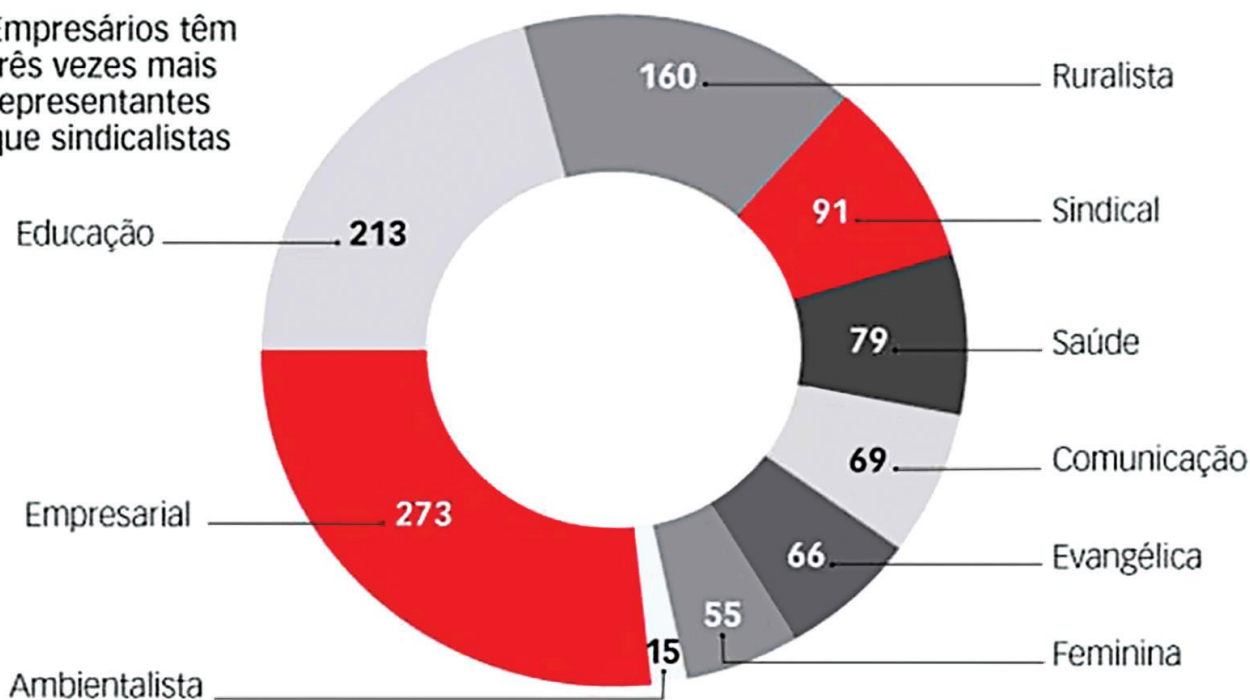
- Política virou um bom negócio

a) Temos políticos que fizeram deste trabalho sua profissão. Estão a três, quatro mandados e não “largam a teta” como diz o ditado popular;

b) Temos pessoas eleitas a mando de certas empresas que patrocinam a campanha e depois cobra ações em seu favor. Hoje a situação que se apresenta é a seguinte:

O Congresso por representação

Empresários têm três vezes mais representantes que sindicalistas



Fonte: Diap

c) O volume de dinheiro gasto com a política assusta. Nas eleições para se ter uma ideia, gastam-se:

Gastos Médios Dos Candidatos Nas Campanhas	
Candidatos	Gasto em 2010
Governador	R\$ 12,2 milhões
Senador	R\$ 3,7 milhões
Deputado federal	R\$ 996 mil
Deputado estadual	R\$ 428 mil
Média geral	R\$ 4,4 milhões

d) Em síntese, a política movida por grandes corporações do mercado econômico geraram, historicamente, os seguintes modelos:

- **Patriarcado:** Qualquer sistema de organização política, econômica, cultural, industrial, financeira, religiosa e social na qual a esmagadora maioria de posições superiores na hierarquia é ocupada por homens.
- **Patrimonialismo:** Conduta política de elites dominantes no exercício de funções públicas de governo, que se caracteriza pela apropriação do que é público - do Estado, suas instituições e seus recursos - como se fosse patrimônio privado.
- **Oligarquia:** Forma de governo em que o poder está concentrado nas mãos de um pequeno número de indivíduos, em geral com laços familiares e/ou vínculos partidários, e pertencentes a classes sociais privilegiadas. A organização política patriarcal e a conduta patrimonialista são traços marcantes dos poderes oligárquicos.
- **Nepotismo:** Prática de favorecimento e distribuição de empregos a parentes por parte de pessoas que exercem cargos e funções públicas.

- *Clientelismo*: Prática baseada na troca de favores e no apadrinhamento, usando-se as estruturas e serviços públicos no interesse particular daqueles que exercem a função pública.
- *Personalismo*: Culto às personalidades, com a conseqüente desvalorização do debate político e a despolitização dos conflitos.
- *Corrupção*: é um outro lado da moeda da oligarquia, pois envolve apropriação e desvio de recursos públicos para fins particulares de quem já tem poder, além de servir como instrumento de ficar imune às punições legais e meio para manter-se no poder. Portanto a corrupção está associada a oligarquização do poder, em outras palavras,

4º PASSO

REFLEXÃO SOBRE O PROBLEMA (1 pessoa)

Com base nos elementos apresentados, A CONTINUAR DO JEITO QUE ESTAMOS, ONDE IREMOS PARAR? SERÁ ISTO POLÍTICA? ÉSTE É O MODELO DE POLÍTICA, DE REPRESENTAÇÃO E DE DEMOCRACIA QUE QUEREMOS? QUE PARTICIPAÇÃO TEMOS E EXERCEMOS? O QUE VOCÊS TÊM A DIZER?

(OBS. Este momento de reflexão pode ser realizado através da dinâmica de grupos ou no coletivo. Dependerá do grupo em questão e da quantidade de pessoas).

5º PASSO

PROPOSIÇÃO DE ALTERNATIVA

PLEBISCITO POPULAR PARA UMA CONSTITUINTE EXCLUSIVA E SOBERANA PARA MUDAR O SISTEMA POLÍTICO

ESCLARECIMENTO sobre o que significa plebiscito popular? O que significa Constituinte Exclusiva e Soberana?

a) Plebiscito

É uma consulta na qual os cidadãos/ãs votam para aprovar ou não uma questão. Uma lei pode ser aprovada ou rejeitada por meio de um Plebiscito ou referendo.

No Brasil, a Constituição Federal, que é de 1988, determina por meio do artigo 48 inciso XV que somente o congresso nacional pode autorizar o referendo e convocar o Plebiscito. Portanto, atualmente um plebiscito somente poderá ser legalmente convocado pelo congresso nacional (composto por deputados federais e senadores). Isso precisa mudar. Instrumento da democracia direta tem que estar na mão do povo.

b) Constituinte Exclusiva e Soberana

Uma diferença fundamental ajuda a entender.

A *Assembleia Nacional Constituinte*, ou simplesmente Constituinte, é a realização de uma assembleia de representantes eleitos pelo povo para modificar a economia e a política do país e definir as regras, instituições e o funcionamento das instituições de um Estado, como o governo, o Congresso e o Judiciário. Suas decisões resultam em uma Constituição. Exemplo - A Constituição brasileira atual é resultado da constituinte nacional de 1988.

Na proposta de uma *constituinte exclusiva e soberana* os representantes eleitos exercerão exclusivamente o poder soberano de definir politicamente o Estado brasileiro, **consultando** de forma criativa a cidadania e retornarão à sua vida de cidadãos e cidadãs iguais aos demais ao término desse processo. Isso é diferente do que foi a Assembleia Nacional Constituinte de 1988.

A Constituinte Exclusiva e Soberana do sistema político **deve servir para enfrentar os problemas do povo brasileiro, realizando reformas** que, no quadro da própria democracia burguesa, não foram realizadas, como as reformas agrária, urbana, tributária e outras mudanças que assegurem a igualdade de direitos econômicos, sociais e civis.

SUJEITOS DA PROPOSTA

A constituinte exclusiva e soberana não está atrelada a proposta de um partido. Ela está sendo defendida pelos Movimentos Sociais.

SIGNIFICADO DA PROPOSTA

Gerar a mudança no sistema político e abrir caminho ao atendimento das demandas e aspirações populares defendidas pela maioria da população, como educação, saúde e transporte públicos de qualidade, reformas agrária e urbana, reestatização das empresas privatizadas, monopólio estatal do petróleo com uma Petrobras 100% estatal e direitos iguais para todos os cidadãos **e cidadãs**.

É a chance real para livrar a política brasileira do poder econômico, abrir canais de participação direta e permitir a expressão institucional da correlação de forças na sociedade. Em palavras simples, significa **DAR VOZ AO POVO**. As manifestações de 2013 revelaram esse desejo.

As manifestações

- 89% da população disseram ter apoiado as manifestações;
- 46% dos manifestantes disseram nunca ter participado de manifestações de rua;
- 63% tinham entre 14 e 29 anos;
- 49% têm renda acima de 5 salários mínimos ;
- 87% se mobilizaram por meio das redes sociais;
- 61% declararam ter muito interesse em política;
- 64,9% acham que manifestações vão interferir nos resultados das eleições de 2014;
- 29,9% alegaram motivos políticos, como corrupção, para protestar
- 55% acham que as manifestações visaram corrupção;
- 40% defendem que próxima pauta dos jovens deva ser a melhoria da saúde;
- 20% acreditam que a educação deveria ser a principal reivindicação das ruas.

Fontes: pesquisas da CNT, Ibope (feita em 7 capitais) e DataFolha, realizadas entre junho e agosto de 2013

QUAIS PROPOSTAS PODEM SER DEFENDIDAS

Dois grandes eixos: o primeiro é o aperfeiçoamento da *democracia representativa, com a reforma do sistema eleitoral*; e o segundo dá conta do fortalecimento da *democracia direta e participativa, com controle social*.

No documento do plebiscito podemos encontrar várias propostas que marcam um novo jeito de pensar a representação, participação e controle social, a exemplo de:

- Financiamento de Campanhas

Considerando representação eleita, pergunta-se: se os trabalhadores e trabalhadoras são maioria da população, por que não são nos parlamentos?

Em 2008, as empresas doaram 86% dos recursos totais da campanha eleitoral. Em 2010, 91%, e, em 2012, somaram 95%. Esses números são indicadores das causas do agravamento da crise de representação política. Cada vez mais os eleitos se aproximam de seus financiadores (os donos das empresas) e se distanciam do povo, o que provoca uma justa indignação e desconfiança na sociedade. Para enfrentar o poder e a força do dinheiro, precisamos instituir o financiamento público de campanha. Em 2010, os gastos declarados pelos candidatos a governador dos 26 Estados e do DF somaram R\$ 735 milhões, de acordo com dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral)

No atual sistema as eleições passaram a ser um **grande negócio**.

Faz mal para a democracia que candidatos e candidatas dependam do dinheiro de grandes empresas para fazer campanhas e serem eleitos. É preciso: enfrentar a imposição do poder econômico, combater o oportunismo eleitoral e enfrentar a sub-representação.

Por que o financiamento não é público e distribuído?

DEFESAS DE REPRESENTAÇÕES MARGINALIZADAS (o que é diferente de corporativismo de grupos em vista de benefícios econômicos. Aqui se trata de inclusão, participação, luta por igualdade na diferença)

- Sub-representação da Mulher

Não é possível falar em democracia representativa diante do fato de que mais da metade da população brasileira, as mulheres, não está devidamente representada no Congresso Nacional. As mulheres ocupam 9% dos mandatos na Câmara dos Deputados e 12% no Senado. No item igualdade de gênero na política, o Brasil está em 106º lugar entre 187 países. Nas eleições municipais de 2012, foram eleitas 7.648 mulheres para ocupar prefeituras e câmaras municipais em todo o Brasil - 13% do total de vagas disputadas e um recorde positivo na história brasileira.

- Sub-representação da Juventude

O número total de jovens entre 15 e 24 anos no País supera os 50 milhões, o que corresponde a um quarto do total da população brasileira, conforme dados do IBGE do Censo 2010. O número de jovens cresceu 19,5% desde o levantamento anterior, em 2002, que apontou 33,8 milhões. Os jovens são 40% do eleitorado no País (de 16 a 35 anos), mas menos de 3% no Congresso Nacional.

- Sub-representação Negra

No Brasil, 51% se autodeclararam negros/as, segundo o Censo 2010 do IBGE. Porém, apenas 8,5% (43) do total de parlamentares no Congresso Nacional se autodeclararam negros/as. Menos da metade das 27 unidades federativas tem representantes negros/as na Câmara. Em sete assembleias legislativas (Amazonas, Mato Grosso do Sul, Paraíba,

Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) não há nenhum/a parlamentar que se autodeclara negro/a.

- Controle Social

É essencial o fortalecimento de mecanismos de democracia direta como plebiscitos, referendos e projetos de iniciativa popular, assim como o aperfeiçoamento de instrumentos de democracia participativa e controle social. É preciso garantir o poder do povo de decidir sobre questões de interesse nacional, com a instituição de mecanismos de participação efetiva no desenvolvimento de políticas, exigindo, inclusive, maior transparências nos orçamentos e gastos públicos.

QUANDO ACONTECE O PLEBISCITO

Durante a semana da pátria, de 01 a 07 de setembro de 2014.

QUAL A PERGUNTA DO PLEBISCITO

Você é a favor de uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político?

Vote SIM para recuperar sentido à política.

ONDE POSSO VOTAR?

Em muitas regiões da cidade vão ter urnas espalhadas. Procure a mais perto de você e não deixe de exercer a cidadania.

6º PASSO

AVALIAÇÃO

Convidar os participantes para destacar quais foram as principais aprendizagens com a discussão deste tema, a partir das seguintes questões: Na sua avaliação, essa discussão é importante para o nosso contexto? A oficina contribuiu para ampliar a sua compreensão da necessidade da Reforma do Sistema Político? E a metodologia de trabalho é adequada, pertinente? Como avalia os facilitadores das oficinas? Numa escala de 0 a 5, qual nota você daria para esta oficina? Tem sugestões? Por fim, agradecer a participação dos presentes e finalizar os trabalhos.

7. COORDENAÇÃO

O projeto será desenvolvido pelo IFIBE através do Projeto Filosofia nas Comunidades, em parceria com Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Passo Fundo, Centro Acadêmico João Berthier (CAJOB), Observatório da Juventude da UPF, tendo como coordenador geral o professor Dnd. Itomar Siviero e como secretário executivo Igor Pereira dos Santos.

8. EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS

- a) Telefone, internet, uso de equipamentos de informática (Notebook e Computador de mesa);
- b) Uso de salas para gerenciamento do projeto e para realização de atividades coletivas (reuniões e encontros formativos) com a equipe do projeto;
- c) Uso de livros da biblioteca para pesquisa em torno do tema e qualificação da metodologia;
- d) Uso de vale-transporte para estagiários e docentes
- e) Uso de som e datashow para atividade de capacitação.
- f) Uso de carro para realização das oficinas.

9. ORÇAMENTO

10.1. Descrição dos Recursos Necessários

(Indicar os recursos humanos, materiais e técnicos necessários para o desenvolvimento do projeto e, se possível sua eventual fonte ou disponibilidade)

Passo Fundo, maio de 2014.

Itomar Siviero
Coordenador Geral do Projeto